

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.357 - DF (2019/0265271-8)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**RECORRIDO : ALEX RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADOS : ROMILDA CONRADO SOARES E OUTRO(S) - DF035623**  
**CARLOS EDUARDO FERNANDES TONHA - DF049804**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

*APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. MATERIALIDADE E AUTORIA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. DOSIMETRIA. READEQUAÇÃO. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

- 1. Sendo o conjunto probatório forte e coeso à prática dos crimes de tráfico de drogas, a manutenção da condenação é medida que se impõe.*
- 2. Aprova documental (auto de prisão em flagrante, auto de apresentação e apreensão de maconha e crack, apreensão de moeda nacional e estrangeira e de cartões de titulares distintos, tudo apreendido por ocasião da prisão em flagrante em poder do réu/apelante); testemunhal (depoimento do policial militar); e pericial (laudo preliminar e definitivo da substância entorpecente) e a confissão parcial definem que o apelante praticou os crimes previstos no art. 33, caput da Lei 11.343/06.*
- 3. Exclui-se a valoração negativa dos antecedentes se anotações em folha penal não se referem a condenações por fatos anteriores transitados em julgado.*
- 4. Se o apelante confessa parcialmente os fatos, confirmando que a grande quantidade das variadas drogas lhe pertencia, ainda que alegue ser para consumo pessoal, deve ser reconhecida a atenuante da confissão espontânea.*
- 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (e-STJ fls. 282/283)*

# Superior Tribunal de Justiça

O recorrente aponta a violação do art. 65, III, "d" do Código Penal alegando, em síntese, que não se reconhece a atenuante da confissão quando o acusado admite a propriedade da droga, mas afirma que o entorpecente era para uso próprio.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 328/330) e admitido, manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 347/352).

É o relatório. Decido.

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim se manifestou sobre a incidência da atenuante da confissão:

*Embora tenha alegado que era para consumo pessoal, fato é que o apelante confessou que a droga (crack) era sua, motivo pelo qual reconheço a atenuante da confissão espontânea, ainda que parcial. Nesse sentido:*

*[...]*

*Assim, compenso a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, mantendo a pena inicialmente fixada. (e-STJ fls. 294/295)*

Observa-se que o entendimento do Tribunal de origem está em confronto com a jurisprudência desta Corte superior firme no sentido de que "a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio" (Súmula 630/STJ).

Ainda na mesma linha:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. POSSE PARA USO PRÓPRIO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**NÃO CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

- 1. Decisão monocrática agravada mantida por seus próprios fundamentos.*
- 2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de não ser possível o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea nos casos em que o agente, não obstante reconheça a propriedade dos estupefacientes apreendidos, afirme que é para uso pessoal e não para a traficância, a teor da Súmula 630/STJ.*
- 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 501.178/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 12/08/2019)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONSUMO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 630/STJ.**

- 1. A jurisprudência desta Corte de Justiça é no sentido de que "a incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio". Entendimento consolidado no Enunciado da Súmula 630/STJ.*

**QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA. PROCESSO TRIFÁSICO. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. DISCRICIONARIEDADE DO ÓRGÃO JULGADOR. QUESTÃO NÃO EXAMINADA PELA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.**

- 1. A alegação de que a circunstância relativa à quantidade da droga deveria ser sopesada na primeira fase do processo trifásico, porque mais benéfico à ré, não foi objeto de exame e deliberação pelo Colegiado local, circunstância que inviabiliza a aspirada análise direta por este Sodalício, sob pena de indevida supressão de instância.*
- 2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no HC 477.092/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 02/08/2019)*

Dessa forma, necessária a realização de nova dosimetria da pena:

Na primeira fase a pena foi fixada em 5 anos e 10 meses de reclusão.

Na segunda fase, afasta-se a atenuante da confissão,

# *Superior Tribunal de Justiça*

permanecendo a reincidência, razão pela qual a pena fica acrescida de 1/6 (um sexto), resultando em 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e (vinte) dias de reclusão.

Ausente causas de aumento ou diminuição, a pena fica finalmente estabelecida em 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e (vinte) dias de reclusão.

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 255, §4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para afastar a atenuante da confissão, redimensionando a pena do recorrido para 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e (vinte) dias de reclusão

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator